

MANIFESTOS DO ESUD: FERRAMENTA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EAD

Aline Fornari - fornarialine@gmail.com – UTFPR

Henrique Oliveira da Silva - agaosilva@gmail.com - UTFPR

RESUMO. Anualmente a Associação UniRede elabora o Manifesto do ESUD. O documento registra as reivindicações e traduz o cenário atual das instituições associadas na oferta de EaD. Ao ser encaminhado às instâncias de governo, o diagnóstico orienta a elaboração de políticas públicas direcionadas à EaD. Nessa pesquisa, os Manifestos foram analisados a partir de teorias de formulação de políticas públicas para identificar se são ferramentas eficientes para essa finalidade. Os resultados apontam para a importância e força da Associação no processo de levantamento, definição e formulação de propostas de políticas. Além disso, essa estratégia evita a reivindicação de políticas baseadas em demandas particulares.

Palavras-chave: EaD. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT. Annually the UniRede Association elaborates the Manifest of the ESUD. The document records the claims and reflects the current situation of the institutions involved in distance education. When it is sent to the government, the diagnosis guidance the elaboration of public policies directed to the EaD. In this research, the Manifest was analyzed from theories of public policy formulation to identify if they are efficient tools for this purpose. The results point to the importance and strength of the Association in the process of surveying, defining and formulating policy proposals. Moreover, this strategy avoids the claim of policies based on particular demands.

Keywords: Distance Learning. Public Policies. Education.

Submetido em 14 de novembro de 2016.

Aceito para publicação em 22 de dezembro de 2016.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior surgiu no Brasil por volta do ano de 1808, por meio da chegada da família real portuguesa ao País. Mais de 200 anos se passaram e a educação superior passou por várias transformações. Entre estas mudanças, está à inserção de cursos de nível superior ofertados na modalidade à distância, ensino híbrido, conteúdos disponibilizados por meio de vídeos, chats, correio eletrônico, fóruns, entre outros, que são disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permitindo a qualificação e a democratização do ensino de qualidade.

Desde seu início no século XIX, a educação superior no Brasil tem por objetivo criar, transmitir e disseminar conhecimento. É importante destacar que o Brasil nunca teve um modelo próprio de Instituição de Ensino Superior (IES), assemelhando-se sempre de exemplos e de experiências de países centrais, podendo-se constatar, nos dias atuais, uma superposição de modelos entre as universidades públicas e privadas (APRILE; BARONE, 2008).

A Declaração Mundial sobre a Educação Superior afirma, no seu preâmbulo, que sem uma educação superior apropriada e instituições de pesquisa, que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode garantir genuíno desenvolvimento endógeno e sustentável e, em particular, os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, não poderão reduzir o hiato que os separa dos países desenvolvidos industrializados. (Org. Bernheim e Chauí, 2008).

Segundo texto divulgado pela UNESCO, a Declaração Mundial sobre Educação Superior reconhece a importância estratégica da educação do terceiro nível na sociedade contemporânea:

"Devido ao escopo e ao ritmo das mudanças, a sociedade cada vez mais tende a fundamentar-se no conhecimento, de modo que a educação superior e a pesquisa atuam hoje como parte fundamental do desenvolvimento cultural, socioeconômico e ecologicamente sustentável dos indivíduos, comunidades e nações. Portanto, sendo confrontada a formidáveis desafios precisa proceder à mudança e à renovação mais radicais que já foi obrigada a fazer, para que a nossa sociedade, que passa hoje por profunda crise de valores, possa transcender meras considerações econômicas e incorpore dimensões mais profundas de moralidade e espiritualidade." (Bernheim e Chauí, 2008, p.16)

Em 1999 foi criada a Universidade Virtual Pública do Brasil, atual Associação Universidade em Rede (UniRede), por meio de um consórcio interuniversitário que reúne universidades e faculdades federais, estaduais e municipais para o desenvolvimento da Educação a Distância (EaD). Com o objetivo de propor políticas visando à democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, e também no processo colaborativo na produção de conteúdos didáticos e na oferta de cursos de graduação e pós-graduação em todo o território nacional.

Com base nestas informações, a UniRede promove anualmente, desde 2002, o Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD). O encontro tem por objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico da educação a distância, proporcionando discussões sobre questões atualizadas e emergentes.

Desde 2010, durante a realização do ESUD, o conselho de representantes da UniRede elabora um documento (Carta/Manifesto) que consolida o estado da arte da educação a distância das instituições públicas do país. Para elaborar este documento, são organizados grupos de trabalho que indicam e discutem as principais demandas da comunidade que atua na educação a distância.

Neste contexto, o presente artigo apresenta o estudo realizado a partir das Cartas/Manifestos do ESUD, documentos articulados pelo Comitê de Coordenação Política (CCP), da UniRede. A cada evento são organizados grupos de trabalho que discutem as necessidades das instituições no âmbito da oferta de cursos na modalidade à distância. Todas as contribuições são compiladas e o resultado é a Carta/Manifesto do ESUD, que passa a referenciar a cidade que sediou o evento. Ao final do evento, a Carta/Manifesto é aprovada em plenário geral e passa a ser o documento que sintetiza as demandas nacionais e serve como instrumento de tomada de decisão estratégica aos órgãos de governo que elaboram as Políticas Públicas necessárias para suprir as demandas e reivindicações manifestas.

O objetivo da pesquisa é identificar em que proporção as reivindicações constantes nas Cartas/Manifestos são úteis como referência para elaboração de Políticas Públicas. O intuito é analisar as demandas segundo teorias de Formulação de Políticas Públicas para concluir se a Carta/Manifesto é uma ferramenta eficiente e efetiva no que se propõe.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A UNIREDE

Um dos primeiros registros que se tem sobre a EaD no Brasil foi por volta do ano de 1904, no Jornal do Brasil, o qual oferecia curso profissionalizante por correspondência para datilógrafo. Mas só em 2005, mais de cem anos depois que a EaD foi regulamentada, por meio do Decreto nº 5.622 que regulamenta o art.80 da Lei 9.394/1996 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2002). Caracterizando a EaD como modalidade educacional, em que a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem ocorre por meio da utilização de TIC, entre alunos e professores em lugares ou tempos diversos.

Segundo Preti (1998), a EAD é chamada e instalada pelos próprios governos como a modalidade educacional que melhor estaria em condições de levar conhecimento a regiões remotas de maneira rápida, atingindo um número expressivo de trabalhadores, e dentro de uma racionalidade econômica superior às modalidades presenciais.

Porém, mesmo chegando a lugares remotos, rompendo com as barreiras físicas e geográficas existentes entre professores, tutores e alunos, com a finalidade de levar o conhecimento e o aprendizado as pessoas, ainda tem sofrido com o preconceito. O

termo preconceito tem origem na palavra latina *praejudicium* e significa julgando de antemão e como o próprio nome indica, pré-julgar alguma coisa, de maneira geral é quando se acredita que algo é inferior sem se ter evidências concretas para chegar a tal conclusão (SANTOS, 2012).

Sendo assim, Preti (1998) afirma que, se antes existia resistência e preconceitos quanto a esta modalidade educacional, a conjuntura econômica e política no limiar do milênio encontrou nesta modalidade uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Isto é, dentro desta crise estrutural, a conjuntura política e tecnológica tornou-se favorável à implementação da EaD.

Com base nestas informações, é possível afirmar que a criação da Associação UniRede, rompeu várias resistências e barreiras, principalmente, oriundas de preconceitos e interesses privados (UNIREDE, 2013). Além disso, o apoio institucional de diretores e os reitores das instituições públicas afiliadas e/ou parceiras contribuíram na construção da história da EaD do Brasil. Desta maneira, o conselho de representantes da UniRede tem papel fundamental na proposição de Políticas Públicas, que são fundamentadas em estudos e pesquisas realizadas e apresentadas ao Ministério da Educação (MEC) e que deram suporte ao surgimento de vários programas que foram implantados em todo o território nacional, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A UAB não cria uma nova instituição de ensino paralelo às IES, mas articula junto as IES existentes, mediante convênios e parcerias que envolvem as esferas de governo federal, estadual e municipal e instituições federais e estaduais de ensino superior. Assim, é possível afirmar que a UAB é concebida como fundação de direito privado que, na forma de consórcio entre estatais, prefeituras e universidades públicas e privadas, sob a coordenação de um Conselho Gestor, constituído, entre outras entidades, pela Confederação Nacional da Indústria, organiza cursos a distância, em especial para promover a formação e certificação de professores, contando com acompanhamento e avaliação da chamada Nova Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BARRETO, 2008).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), as Políticas Públicas de ciência e tecnologia começaram a ser estruturadas no Brasil, a partir década de 1950, fundamentalmente por meio das grandes agências de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a CAPES. Assim, desde sua origem, as políticas de Estado e as IES exercem seus efeitos diretamente sobre o sistema de pós-graduação, os pesquisadores, os programas de pós-graduação e sobre o campo da produção do conhecimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, para um curso de pós-graduação, no Brasil, ter validade em todo o território nacional, deve ser recomendado pela CAPES. Posteriormente, será avaliado anualmente e conceituado de três em três anos, criando um sistema de controle e

regulação de cada um dos cursos e do espaço social que integram (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Não há dúvida de que o conceito de qualidade sofre o impacto da regulação decorrente das políticas educacionais e da representação da sociedade, com especial destaque ao que se manifesta nos meios de comunicação social. Entretanto, é preciso destacar que a cultura acadêmica é também um importante fator a determinar compreensões da qualidade da educação superior (MOROSINI, et al, 2016). Além disso, os cursos e o material didático-pedagógico são de responsabilidade das instituições de ensino superior de todo o país. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Com base nestas informações, as discussões realizadas no ESUD são tratadas, tendo em vista, uma estratégia nacional, levando em consideração a realidade das instituições, as quais, não estão baseadas em um programa específico e, portanto, necessitam de Políticas de Estado.

Para ser considerada uma entidade representativa, a Associação UniRede se constituiu como um Conselho de Representantes da Instituições de Ensino Públicas que atuam na EaD. A estratégia baseada em conselho de representantes é uma maneira eficiente de apresentar os interesses, reivindicações e demandas das Instituições Públicas junto aos órgãos governamentais.

Segundo Silva (et al., 2005), os conselhos assumem um papel determinante na primeira etapa da implementação das Políticas Públicas, entre suas atribuições estão: propor estratégias, diretrizes e normas, convocar e mobilizar a sociedade, gerenciar fundos, além de fiscalizar a maneira como as políticas são aplicadas. Sendo assim, os seus membros são, portanto, atores estratégicos que podem influenciar diretamente nas decisões sobre como a implementação será realizada (SUZINA, 2013b).

Nesse contexto, o conselho de representantes da UniRede realiza levantamentos, desenvolve pesquisas e organiza as sugestões de como devem ser normatizadas as demandas identificadas nos ESUD e, a partir disso, procuram orientar os políticos e órgãos reguladores como a CAPES, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), para adotarem as considerações enviadas, por intermédio da Carta/Manifesto, na forma de leis e Programas de Estado.

3. FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao tratar da formulação de Políticas Públicas, o foco está dirigido às decisões e às ações pelas quais o poder público intervém sozinho ou em parceria com outros atores, de maneira formal e organizada, para resolver problemas considerados públicos e prioritários para a sociedade em um determinado tempo e espaço (SUZINA, 2013a).

O contraponto à teoria de Formulação de Políticas Públicas é a teoria da Escolha Pública. Essa, por sua vez, adota um viés normativamente cético quanto à capacidade do governo em formular Políticas Públicas devido a situações como autointeresse, informação incompleta, racionalidade limitada e captura das agências

governamentais por interesses particularistas. Essa teoria é a que demonstra mais mal-estar e desconfiança na capacidade dos mecanismos políticos de decisão, defendendo a superioridade das decisões tomadas pelo mercado vis-à-vis às tomadas pelos políticos e pela burocracia (SOUZA, 2006).

Na prática, o resultado são Políticas Públicas fragmentadas. Para lidar com essa realidade existe a teoria da Fragmentação de Políticas Públicas que lida basicamente com a categoria integração. A principal definição de partida é que a fragmentação é o resultado de um processo descoordenado, inconsistente e incoerente de formulação/implementação de políticas, programas ou projetos. A fragmentação pode ser atribuída à falta de coerência, consistência e coordenação (MARTINS, 2004, p.1).

Para compreender a dimensão dessa problemática, abaixo estão listados alguns exemplos de problemas de políticas causados pela existência de um mundo de políticas fragmentadas:

1. Políticas Públicas ineficazes, porém populares, despertam a atenção dos formuladores de políticas, enquanto muitas políticas necessárias, porém impopulares, encontram uma grande resistência.
2. A criação de Políticas Públicas é impulsionada por crises.
3. Falhas em Políticas Públicas levam a mudanças na liderança política, mas as principais causas das falhas permanecem inadequadamente abordadas.
4. Os efeitos das Políticas Públicas defendidas por um órgão governamental em particular podem ser minados por estratégias empregadas por outro órgão, deliberadamente ou não.
5. Políticas Públicas são formuladas a fim de garantir o apoio de grupos politicamente poderosos em detrimento dos interesses públicos de longo prazo, que são pouco representados no sistema político.
6. Discordâncias entre os diferentes níveis de governo levam à Políticas Públicas contraditórias, que são mutuamente destrutivas. O objetivo de uma política pública futura pode ser completamente obscurecido por diferentes órgãos governamentais, nos diferentes níveis de governo, seguindo agendas incompatíveis ou contraditórias.
7. Políticas Públicas implementadas por Burocratas de Nível de Rua (Street-level Bureaucrats) desviam consideravelmente do que foi previsto na fase de formulação.
8. A avaliação de Políticas Públicas é raramente utilizada para a maioria das decisões e, quando feita, é motivada por exigências processuais ou considerações políticas estreitas (WU, et al., 2014).

4. METODOLOGIA

Para desenvolver o presente trabalho foi realizada uma pesquisa empírica. Segundo Braga (2011), a pesquisa empírica requer uma verdadeira observação de

algum ângulo da realidade, apresentando questionamentos sobre os aspectos de uma determinada situação, procurando respostas diretamente por meio de investigação sistematizada de elementos concretos que compõem o objeto escolhido e construído.

Nesse sentido, a pesquisa empírica vem como elemento enriquecedor quando usada corretamente em conjunto com a teoria. Pelo fato de trazer a realidade para sustentar a própria teoria, e dependendo da situação, pode até mesmo refutá-la. Sendo assim, elaborar teorias sobre a prática é fundamental e muito importante para um bom pesquisador (ROCHA; MELLO; JACKS, 2013).

Assim, o papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema, que podem ser verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica (GIL, 2008).

Corroborando com estas informações, Lakatos e Marconi (2003) argumentam que na análise dos dados, os pesquisadores entram em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas aos seus questionamentos, procurando estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas, que pode ser comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

O processo de análise dos dados envolve vários procedimentos, tais como: a codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Na análise, ocorre a interpretação dos dados, que estabelece a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos de estudos realizados anteriormente (GIL, 2002).

Com base nestas informações, foi realizada uma pesquisa empírica, a partir das Cartas/Manifestos elaboradas no ESUD, entre anos de 2010 a 2016, que registram as discussões e demandas da comunidade identificadas durante o evento. A partir desse levantamento foi elaborada uma lista de fatos e objetos que representam, sinteticamente, as demandas apontadas nas discussões dos Grupos de Trabalho dos ESUD.

As demandas foram listadas e classificadas segundo sua natureza. Os fatos e relações identificadas foram analisadas segundo teorias de formulação de Políticas Públicas, teoria da Escolha Pública e teoria da Fragmentação de Políticas Públicas. A análise sistemática das relações entre os fatos e objetos permitiu a elaboração das inferências e deduções que são o resultado desse trabalho.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Todas as demandas identificadas nas Cartas/Manifestos, entre 2010 a 2016 foram classificadas em áreas de acordo com sua natureza, objeto e ambiente, conforme pode ser visto na Figura 1. É importante salientar que foi encontrado dificuldades para obter a Carta/Manifesto de 2011, intitulada “Carta de Ouro Preto”.

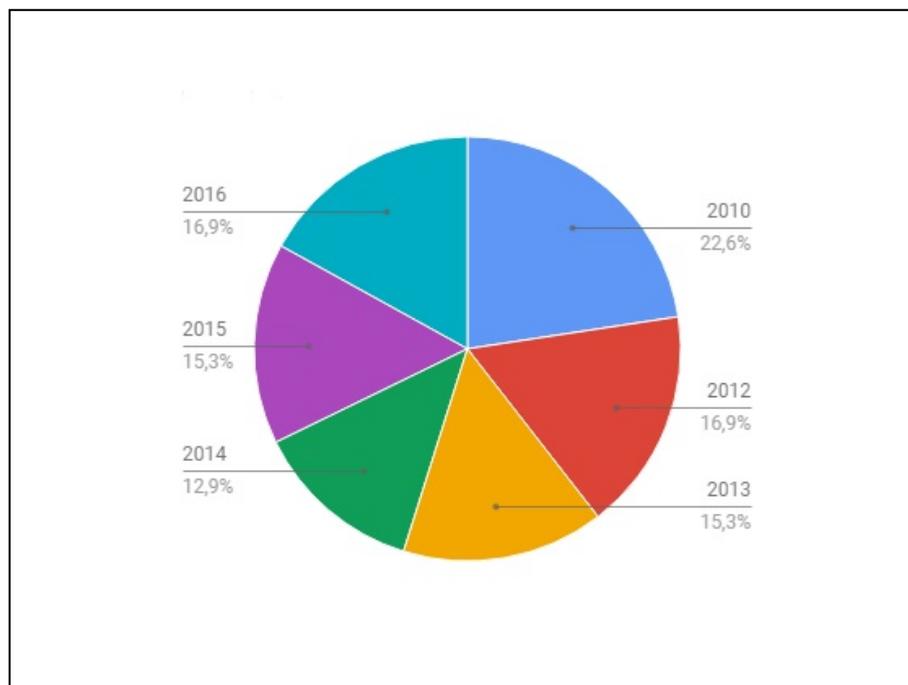


Figura 1 – Distribuição das demandas pelo ano de realização da Carta/Manifesto
 Fonte: elaborado pelos autores.

É importante destacar que, conforme a Figura 1, o maior número de reivindicações/demandas foi apresentado na Carta de Cuiabá, em 2010, com 22,6%. Por outro lado, o Manifesto de Florianópolis, realizado em 2014, foi o que menos apresentou reivindicações, com 12,9%. Já na Carta/Manifesto de 2016, foram apresentados 16,9% de reivindicações/demandas, demonstrando o crescimento das necessidades das IES.

Ainda nesse sentido, é importante destacar que a Carta/Manifesto intitulada “Reflexões do ESUD em São João Del-Rei” do ano de 2016, possui as mesmas demandas da Carta/Manifesto de 2015, intitulada “Reflexões do ESUD em Salvador”, com apenas a inserção de mais três demandas. Estas demandas foram mantidas, pois não foram atendidas pelos órgãos governamentais, sendo assim, o Conselho de Representantes, decidiu manter as reivindicações/demandas do ano anterior.

Além disso, as demandas foram organizadas e tabuladas em termos de: políticas, com 52,1%; fomento, com 12,8%; planejamento, com 23,4%; pesquisa e desenvolvimento, com 6,4%; e controle e/ou avaliação apresentou a menor demanda, com 5,3%. É possível identificar que mais da metade das demandas estão ligadas à solicitações relacionadas à questões políticas, como pode ser visto na Figura 2.

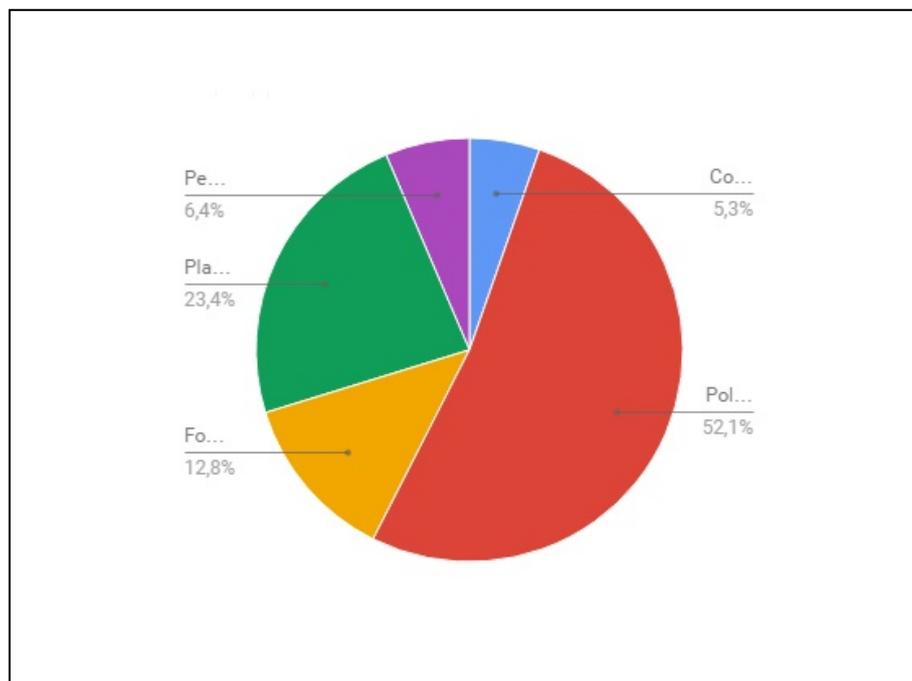


Figura 2 – Distribuição das demandas por grande área de 2010 a 2016.

Fonte: elaborado pelos autores.

Em linhas gerais, as demandas se confundem entre aquelas que são de responsabilidade da instituição e, portanto, dependem de uma intervenção do gestor local da instituição e aquelas que dependem do apoio de esferas de governo para se realizarem. Além disso, os fatores que norteiam as discussões durante as reuniões de elaboração do manifesto, estão intimamente ligados ao programa de governo Universidade Aberta do Brasil, com isso, a natureza das demandas se confunde entre fatores particulares relacionados ao modelo de fomento e oferta de cursos UAB e fatores inerentes à oferta de EaD.

Isso ocorre pelo fato de uma grande parte dos representantes institucionais estarem envolvidos, direta e/ou indiretamente, nesta ação. Alguns representantes chegam a considerar a UAB como a forma efetiva de EaD, chegando a considerar a forma de oferta como forma de ensino. Essa realidade acaba sendo refletida nas demandas identificadas. Muitas demandas são claramente oriundas do modelo de gestão da oferta de cursos fomentados pela UAB, isso porque, são baseadas em questões operacionais do modelo de fomento.

Instituições que atuam na educação a distância, somente pela oferta de cursos no âmbito da UAB, tendem a registrar as dificuldades operacionais da aplicação do modelo Universidade Aberta do Brasil, como sendo dificuldades inerentes à EaD. Sendo assim, não compreendem a UAB como um caso específico de oferta, um programa de fomento, que visa criar as condições iniciais para que, a partir do aporte inicial, as ofertas sejam institucionalizadas e passem a acontecer na rotina da instituição.

Para muitos representantes e/ou instituições de ensino, a UAB é, ou deveria ser, uma organização paralela, uma instituição de fato, uma universidade como as

tradicionais, como acontece em alguns modelos europeus, na qual, atuariam como convidados. Não a compreendem como uma articulação de oferta de cursos na modalidade de EaD a partir das universidades participantes.

A criação de uma instituição única, para oferta de educação a distância em nível nacional, não é uma solução interessante para o governo, isso porque, a oferta descentralizada, além de ser um modelo de gestão mais eficiente, principalmente no que diz respeito a identificação de demanda e regionalização da formação, evita um colapso geral no caso de alguma crise na instituição central.

Com base nestas informações, Suzina (2013b) argumenta que a dinâmica de descentralização envolve predominantemente estratégias de desconcentração, delegação, transferência de atribuições e privatização e desregulação. A maioria delas pode ser entendida como um instrumento importante para a superação de limites da ação do Estado, tanto no que se refere ao fortalecimento da democratização e da articulação com os demais atores políticos quanto em relação à eficiência da gestão pública.

Em paralelo a isso, existem os interesses das instituições privadas, grupos politicamente poderosos, que veem na modalidade à distância uma fonte de lucro em grande escala, ou seja, o aumento de capacidade de oferta de ensino gratuito na modalidade EaD, não é interessante para as iniciativas privadas que atuam na mesma área/mercado, pois, torna o Estado, que é financiado pela iniciativa privada, um concorrente. Esse é um dos fenômenos exemplificados, acima, na teoria da Fragmentação da Política Pública, quinto exemplo.

A UniRede surge, justamente, como uma ação para evitar a apropriação de um modelo de fomento como sendo a forma efetiva de EaD e, além disso, para defender o interesse público contra interesses de grupos politicamente poderosos. A discussão ampla, envolvendo instituições que atuam de forma distinta na oferta da modalidade à distância, permite à associação estabelecer um modelo de referência ou de alternativas de formas de oferta.

Sendo assim, a proposta é que essa associação normalize a implementação da EaD no sistema público, de tal forma que, se estabeleça uma referência de qualidade mínima para o sistema privado, baseado na legislação vigente, evitando assim que a iniciativa privada transforme a educação em um mero produto de consumo e massificação.

Além de evitar os problemas decorrentes da Fragmentação de Políticas Públicas, a associação, por intermédio de seu Conselho de Representantes, contribui com a Formulação de Políticas Públicas. Por dois anos discutiu-se a necessidade de reformulação de critérios das Referências de Qualidade na EaD. Em 2016 o CNE modificou os critérios e fez uma nova formulação. Da mesma forma, o instrumento de avaliação dos cursos presenciais sofreu alteração, em fevereiro de 2014, no item que trata sobre a EaD.

Ainda nesse sentido, Wu, et al., (2014), argumenta que existem inúmeras maneiras em que os gestores públicos podem participar e aumentar seu papel na

formulação de políticas públicas. Uma atividade muito importante que os gestores podem realizar consiste em reunir com antecedência as informações necessárias sobre vários aspectos dos problemas existentes e emergentes, e desenvolver propostas de solução para uso dos principais formuladores de políticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, o modelo de Conselho de Representantes é eficiente, pelo fato de apresentar os interesses, reivindicações e demandas das Instituições Públicas junto aos órgãos governamentais. Além disso, exercem um papel fundamental na etapa de formulação/implantação de Políticas Públicas. Pois eles têm uma vantagem especial nesse papel: a maioria das propostas de políticas inclui a alteração de políticas ou programas existentes, com os quais os representantes estão familiarizados desde sua experiência de implementação (WU, et al., 2014).

Sendo assim, o Conselho de Representantes adotado pela UniRede se mostrou eficiente, pelo fato de evitar que a visão restrita do que é a EaD, focada apenas em um modelo específico de oferta, seja pensado em termos de Política Pública. As Políticas Públicas precisam ser mais amplas e capazes de atender a autonomia das Instituições de Ensino.

A Associação UniRede é uma ação que demonstra a importância da atividade colaborativa na definição/formulação de Políticas Públicas, a necessidade de associação de entidades de classe para realizar conquistas, a importância da discussão ampla para evitar a proposição de políticas direcionadas para resolução de problemas locais e, finalmente, a importância de distinguir as diferenças entre interesses privados e públicos nas instituições de ensino.

É importante destacar que as Cartas/Manifestos, que foram analisadas, demonstraram que as recomendações de ações apontadas foram muito amplas, dificultando a verificação das recomendações, isso é, se foram realmente transformadas em ações prática ou não.

Desta maneira, sugere-se que as Cartas/Manifestos sejam escritas apresentando as recomendações de forma mais objetiva e/ou restritiva, no sentido de que, seja possível identificar quais ações devem se tornar Políticas Públicas, permitindo assim, que as suas implementações sejam passíveis de avaliação.

É importante, também, evitar a interferência que programas de governo, como a Universidade Aberta do Brasil, possam provocar nas metodologias e na qualidade de ensino, isso porque, como foi identificado nos manifestos, demandas e sugestões de Políticas Públicas podem, erroneamente, ser baseadas em questões locais, modelos de fomento e dificuldades pontuais.

REFERÊNCIAS

APRILE, M.R; BARONE, R. E. M. Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho – o Programa Universidade para todos (PROUNI) em Questão. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. **MUNDOS SOCIAIS: SABERES E**

PRÁTICAS. Universidade Nova De Lisboa Faculdade De Ciências Sociais E Humanas. 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/182.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

BARRETO, R. G. As tecnologias na política nacional de formação de professores a distância: entre a expansão e a redução. **Educação & Sociedade, Campinas**: CEDES, v. 29, n. 104 – Especial, p. 919-937, out. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314209012>>. Acesso em: 09 out. 2016.

BERNHEIM, C. T.; CHAÚÍ, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: Unesco. 2008. 44p. Ed.2004/WS/11.

BRAGA, J. L. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-compós**, Brasília, v.14, n.1, jan./abr, 2011. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1 - 20 de dezembro de 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. _____. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MANCIBO, D; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

MARTINS, 2004. Uma teoria da fragmentação de políticas públicas. In: **XXVIII Encontro da ANPAD**, 2004, Curitiba. Anais do XXVIII Encontro da ANPAD, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/POP/2004_PO2762.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

MOROSINI, M. C.; et al. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21 n. 64. Jan-mar. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27543071002>>. Acesso em: 09 out. 2016.

PRETI. O. Educação a distância e globalização desafios e tendências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 191. P. 19-30, jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://www.uab.ufmt.br/uploads/pcientifica/globalizacao.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

ROCHA, F.; MELLO, L.; JACKS, N. A pesquisa empírica em comunicação através do levantamento de dados secundários. **VI ENCUENTRO PANAMERICANO DE COMUNICACIÓN. COMPANAM**. Córdoba - Argentina. 2013. Disponível em: <<http://www.publicacioncompanam2013.eci.unc.edu.ar/files/companam/ponencias/Ap>>

ortes%20te%C3%B3rico%20metodol%C3%B3gicos%20en%20comunicaci%C3%B3n/-
Unlicensed-Aportes-Te%C3%B3ricos-Metodol%C3%B3gicos-en-Comunicaci%C3%B3n-
Felipe-Rocha-y-Lucas-Mello.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

SANTOS, M. C. O. Preconceito na educação a distância: a visão dos discentes de um curso de letras EaD. VI COLÓQUIO INTERNACIONAL "**EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**". São Cristovão - SE - Brasil. 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/41.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

SILVA, F. B.; et al. **Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias**. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA. 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 09 out. 2016.

SUZINA, A. C. **Formulação de Políticas Públicas**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2013. 136 p.

_____. **Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2013. 120 p.

UNIREDE. Associação Universidade em Rede. Disponível em: <<http://aunirede.org.br/portal/>>. Acesso em: 09 out. 2016.

WU, X. et al., **Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos**. Traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014. 160 p.